



## OS DISCURSOS DE/SOBRE DIREITO SOCIAL PREVIDENCIÁRIO E OS SEUS FUNCIONAMENTOS EM REGIMES AUTORITÁRIOS DO ESTADO BRASILEIRO

Mônica de Oliveira Pasini (UNICAMP)  
m234235@dac.unicamp.br

**Resumo:** Fundamentada na Análise de Discurso (AD) materialista de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, esta pesquisa (em andamento) tem por finalidade investigar as relações da ordem do pré-construído, da historicidade para cidadania, especificamente na denominação previdência social, nos discursos de e sobre o direito social previdenciário em governos autoritários brasileiros. O corpus desta investigação conta com as palestras do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho veiculadas pela Rádio Nacional e textualizadas em livretos, para o período da ditadura Vargas, e as notícias protagonizadas pelo governo federal sobre previdência social veiculadas em jornais, no período da ditadura militar. Para análise das notícias, principalmente da década de 1970, também se assume as reflexões de Bethania Mariani sobre o discurso jornalístico marcado por controles internos e externos e caracterizado por perseguir a ilusão da informação objetiva. Assim, um dos desdobramentos da análise discursiva, está na busca, nos enunciados desses corpora, das evidências produzidas pela ideologia, como o equívoco, por exemplo, que marca a historicidade. Ele se faz na historicidade, porque enquanto a falha está para a língua, o equívoco, como uma ocorrência no discurso, está para a história. Portanto, estudar o funcionamento dos discursos de/sobre direito social previdenciário em Estados caracterizados por governos de exceção democrática, nos quais a cidadania não se realiza plenamente, contribui para entender a historicidade da própria cidadania.

**Palavras-chave:** ideologia; direito social; capitalismo; ditadura

**Abstract:** With the materialist Discourse Analysis (DA) theory of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, this research (in progress) aims to investigate the relations of the pre-constructed order, from historicity specifically in the denomination "social security", in speeches of/about social security rights in authoritarian Brazilian governments. The corpus of this investigation is composed of lectures by the Minister of Labor Alexandre Marcondes Filho broadcast by Rádio Nacional and textualized in booklets, during the period of the Vargas dictatorship; and news communicated by the federal government about social security published in newspapers, during the period of the military dictatorship. To analyze the news, mainly from the 1970s, Bethania Mariani's reflections on journalistic discourse constructed by internal and external controls and characterized by pursuing the illusion of objective information are also considered. Thus, one of the consequences of discursive analysis is the search, in the statements of these corpora, for evidence produced by ideology. Therefore, studying the functioning of discourses of/about social security rights in States characterized by governments of democratic exception, in which citizenship is not fully realized, contributes to understanding the historicity of citizenship itself.

**Keywords:** ideology; social right; capitalism; dictatorship



[...]Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir  
A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir  
Por me deixar respirar, por me deixar existir  
Deus lhe pague  
[...]Pela cachaça de graça que a gente tem  
[que engolir  
Pela fumaça, desgraça que a gente tem que  
[tossir  
Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem  
[que cair  
Deus lhe pague  
(Hollanda, [1971], 2006, p.193)

### Considerações Iniciais

O trecho da música de Hollanda (2006), em epígrafe, aponta para as condições de produção discursiva dos períodos estudados. Por ter sido composta em 1971, quando o Brasil possuía o título de Campeão Mundial de Acidentes de Trabalho (Pena et al., 2003), talvez marcasse somente características do período da ditadura militar, entretanto, quando mobilizamos a noção de historicidade, as evidências ideológicas se apresentam e o “Deus lhe pague” por tantos benefícios concedidos, por tantas benesses, cabe também para a década de 1940, época na qual Getúlio Vargas ganhou o título de “Pai dos Pobres” (Gomes, 2005).

As condições discursivas ditatoriais, independentemente do período histórico, caracterizam-se pela presença da censura institucionalizada. Dessa forma, os discursos carregam silêncios outros, que deixam seus vestígios na formulação, na qual encontramos a materialidade de uma “política do silêncio” (Orlandi, 2007, p.29) que seria uma forma ampliada da própria censura, corporificando o ato de silenciar, no qual, segundo a autora, se toma e se tira “a palavra”, obriga-se “a dizer”, faz “calar e silenciar” (Ibidem).

Chegamos, dessa forma, ao problema de pesquisa que se relaciona ao funcionamento dos discursos de governos autoritários em seus comunicados sobre os direitos pertinentes à previdência social, em contexto capitalista de divisão social-técnica do trabalho. O primeiro período estudado, que é da ditadura de Vargas, tem como corpus as “falas das quintas” do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, do governo do



Estado Novo, transmitidas pela Rádio Nacional no período de janeiro/1942 a abril/1943.

O segundo período histórico, da ditadura militar, possui um corpus que compreende o período de setembro/1964 a outubro/1980.

Dessa maneira, ao mobilizarmos a noção de historicidade, obtemos com análise discursiva a possibilidade de verificar os vestígios ideológicos que evidenciam o equívoco. Segundo Orlandi (2022), o equívoco, no discurso, está para a história da mesma forma que a falha está para a língua, e é assim que nos deparamos com o real da história, no qual os sentidos são divididos pela língua do Estado, materializada no discurso jornalístico, tanto das transmissões radiofônicas da ditadura Vargas, quanto nas notícias dos jornais e revistas, no período da ditadura militar.

### 1. Os discursos e suas peculiaridades

Quando colocamos, logo no título o enunciado “discurso de/”, é porque entendemos se tratar de um espaço discursivo cujas “diferentes vozes (dos discursos de)” são organizadas (Orlandi, 2008, p.44, grifo da autora).

Assim, um direito da classe trabalhadora, tal qual o direito previdenciário, nas comunicações protagonizadas pelo aparelho de Estado, que é o governo, encontramos o “discurso sobre”, que institucionaliza os sentidos e que, por ser “fato de linguagem”, também apaga sentidos pela “sobreposição de um discurso a outro” (Ibidem, p.19).

Outra forma discursiva presente neste trabalho está no discurso jornalístico que tem por característica ser “[...] cego à historicidade que o atravessa” (Mariani, 1996, p.240), apresentando uma cegueira “constitutiva da enunciação jornalística” (Ibidem).

O “mito da informação objetiva”, abordado pela autora, é constituído, além dos controles internos (manual de redação e revisão do editor), pelos controles externos da lei de imprensa (garantidora da neutralidade, objetividade e imparcialidade do texto jornalístico), culmina em uma censura institucionalizada presente no controle do regime ditatorial.



## 2. Língua de madeira a serviço do regime ditatorial

Segundo Gadet e Pêcheux (2010), a “língua do direito” possui características de uma “língua de madeira”, como sendo uma forma de política que nega a própria política, tornando-se: “espaço de artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’ meia palavra basta” (Gadet e Pêcheux, 2010, p.24). É uma língua que vem a dividir sentidos, ela não se manifesta de forma transparente, pelo contrário, semelhante à madeira, mostra-se densa, com fissuras que podem rachar e produzir lascas.

Assumindo o papel de “bom entendedor”, entram as autoridades do governo com sua “comunicação sem equívocos” (Pêcheux, 2014), que possui caráter lógico, de instrução, cujo “bom entendedor” é aquele que domina o tema. Trata-se de

[...] comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técnica do trabalho, uma não comunicação que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à “retórica” do comando (Pêcheux, 2014, p. 25, grifo do autor).

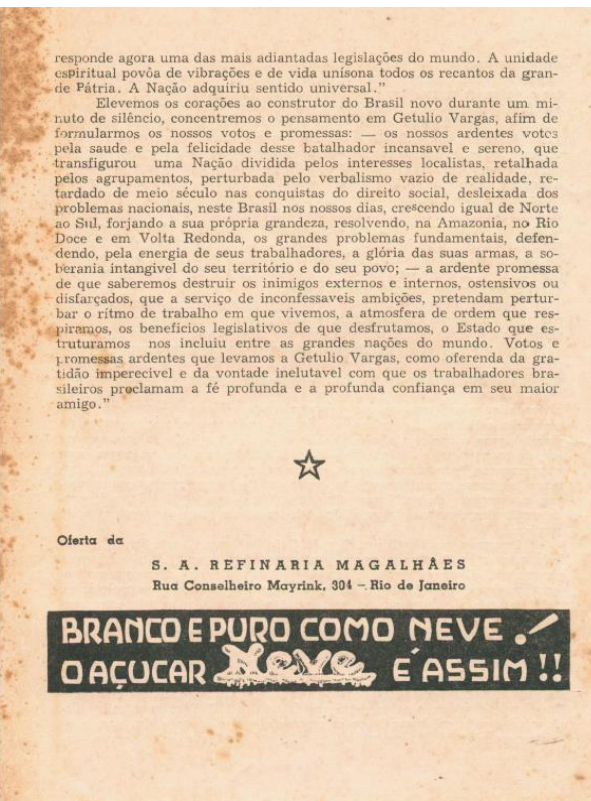
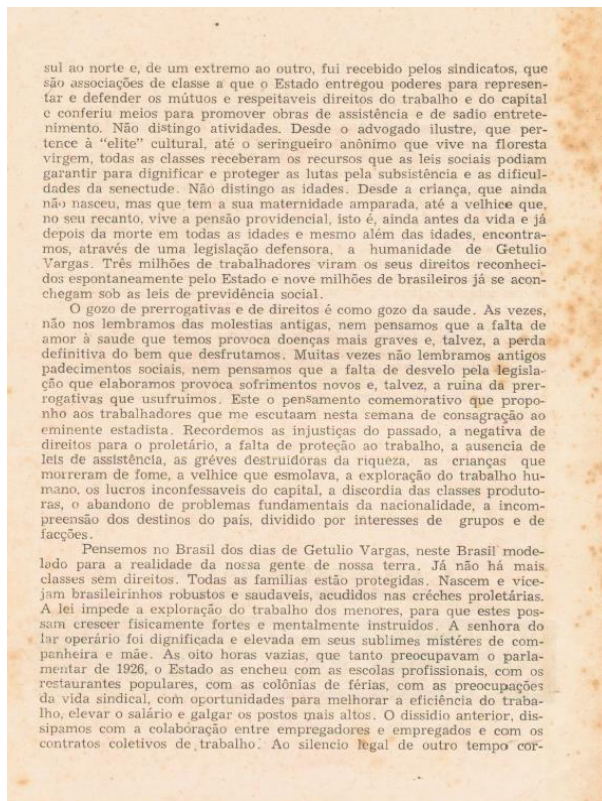
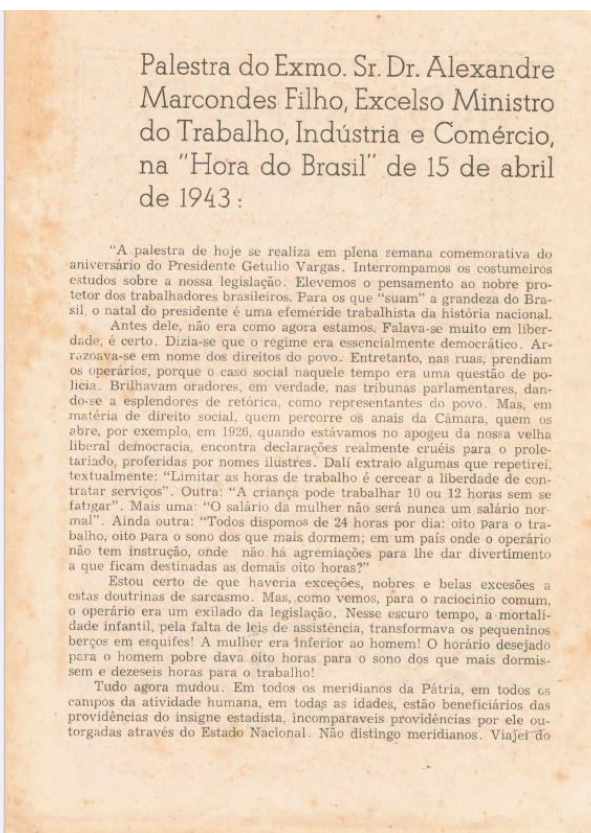
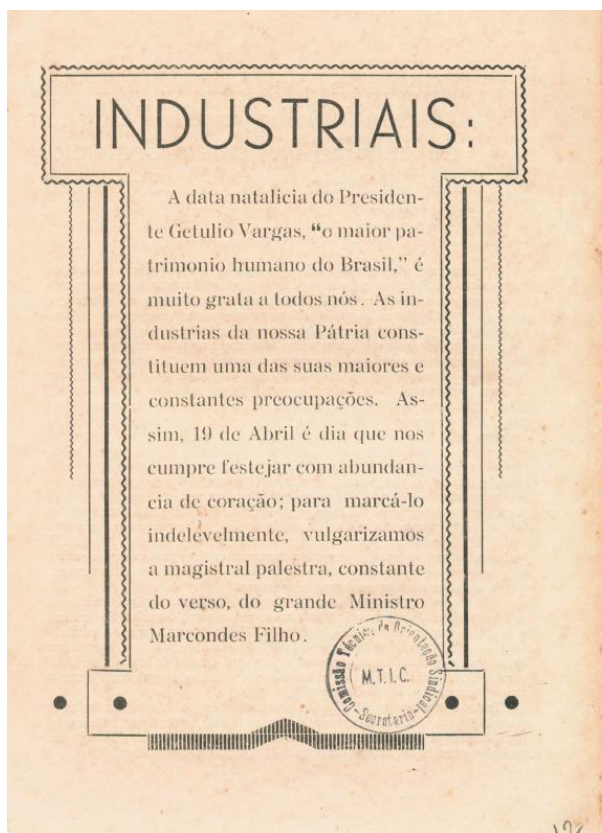
No corpus da ditadura do Estado Novo de Vargas, encontramos a figura do porta-voz na autoridade atribuída ao ministro Alexandre Marcondes Filho. Segundo Zoppi-Fontana (2014), que analisou os processos discursivos do presidente argentino Raúl Alfonsín, a figura do porta-voz se apresenta “como legitimação imaginária dos mecanismos de representação política” (Zoppi-Fontana, 2014, p. 75). Ao identificarmos o ministro de Vargas como porta-voz, também observamos a contradição constitutiva que é característica dos sujeitos na “enunciação política” (Zoppi-Fontana, 2014, p.43). Encontramos em Marcondes Filho, o perfil de homem branco, originário de classe social dos ricos proprietários, que se mostra com uma dupla visibilidade, porque representa um grupo enunciatário da mesma forma que é destinatário de sua “mensagem”. Ele ocupa o lugar social de ministro que assume o papel de mestre de cerimônias do chefe de governo que ele representa. Com a análise de matérias de revistas, trazendo o próprio ministro como notícia, verificamos que essa circulação em outros veículos, além do radiofônico, conferiu a “dupla visibilidade”, produzindo o efeito-sujeito, que Zoppi-Fontana (2014, p.43) classifica de “ilusão de exterioridade”.



Para chegar a estes recortes da ditadura Vargas, além das palestras textualizadas, também buscamos, com a palavra-chave do nome do ministro, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, notícias nas quais ele fosse citado, com o objetivo de segmentar outras formulações que permitissem observar a sua “dupla visibilidade”. No Recorte 1 (R1) está a versão impressa, em formato de livreto, da palestra de Marcondes Filho, datada de 15 de abril de 1943, quatro dias antes do aniversário de Getúlio Vargas. O Recorte 2 (R2) é a página inteira da nota que repercute a palestra de R1 na revista “Carioca”. Em Recorte 3 (R2), temos duas páginas com a cobertura do aniversário de Getúlio Vargas, da revista “O Cruzeiro” de 01/05/1943, com a foto da participação de Marcondes Filho, no canto central inferior direito.

Segundo definido por Courtine (2014), o sujeito-enunciador é “produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável” (Courtine, 2014, p. 102). Na figura do porta-voz do governo Vargas, identificamos esse funcionamento, pois ele se manifesta como condutor dos “estudos sobre a nossa legislação (R1)”. O ministro se coloca no interior do que é enunciado, quando se refere a uma legislação que também lhe pertence (“nossa”) e a “exterioridade enunciável” é o contexto capitalista de divisão social-técnica do trabalho, no qual o ministro ocupa o lugar de membro da elite dirigente do país (R3). Ele é o sujeito-enunciador, responsável pela comunicação de legislação social, posicionado no interior dessa enunciação, como articulador e “bom entendedor”, conforme R1. O efeito de ilusão de exterioridade está mais evidente na repercussão dessa fala em R2 e na circulação nos eventos de aniversário do presidente de R3, porque nesses recortes encontramos um homem branco de elite que está apartado das “massas trabalhistas” (R2) em evento para poucos convidados (R3). Assim, observamos o funcionamento da “dupla visibilidade” do porta-voz no contexto capitalista de um regime ditatorial.

Recorte 1 - Versão impressa (livreto) de palestra de 15/04/1943





Recorte 2 - Página inteira da nota que repercute a palestra de 15/04/1943 na revista “Carioca”

*Figuras da ATUALIDADE*

**Stafford Cripps**

**Palavras da Juventude**

É um fato conhecido a grande simpatia que o Presidente Vargas dedica à mocidade. Em todas as oportunidades, o Chefe do Estado Brasileiro tem sido palavras sempre significativas para com os moços. E, além disso, das palavras, todas as medidas tomadas, todas as iniciativas de criar um clima sadio para o desenvolvimento confortador da juventude de nossa terra. Neste mundo, nada mais natural do que os sentimentos de afeição e simpatia que os moços também devotam ao Presidente. Não é para esquecer que, por ocasião das festividades comemorativas do aniversário natalício do Chefe do Estado Nacional, os moços brasileiros dirigiram ao Presidente Vargas expressiva mensagem, na qual se lê o seguinte: "A gente moça, patriótica e enérgica, que consola o Jovem Brasileiro, está decidida a seguir sempre ao seu grande Chefe, pois vê em V. Ex. o guia excepcional que está conduzindo o Brasil ao lugar que lhe deve caber no Concerto Universal". Esta mensagem de mocidade se reveste, sem dúvida de importância, valendo como expressivo depoimento de admiração e solidariedade.

Presidente Vargas

**AS MASSAS TRABALHISTAS**

As massas trabalhadoras brasileiras não se fazem notar por sentimentos de rencores ou por atitudes negativas. Elas sabem o papel que desempenham na vida do Brasil Novo — a sua tendência dinâmica, renovadora constantemente, não no sentido de colaborar, cada vez mais, na obra de engrandecimento da Pátria. Pode-se dizer que, entre os trabalhadores brasileiros, reina uma harmonia absoluta, possuindo cada operário o desejo vivo e forte de trabalhar pelo Brasil. Na época difícil que vivemos, os trabalhadores nacionais são os primeiros a dar o exemplo edificante de patriotismo. Ainda agora, por ocasião das comemorações do natalício do Presidente, as classes trabalhadoras, tiveram oportunidade de manifestar, mais uma vez, os seus sentimentos de brasilidade. No Palácio do Trabalho, reunidos os operários, realizou-se uma festa, onde não faltou as demonstrações inequívocas de confiança e fé nos destinos da Pátria. Os intérpretes dos trabalhadores de todas as categorias falaram a linguagem oposta à do desalinhamento — e os aplausos entusiasmados, nem só rítmicos, a sintonia do patriotismo. Por fim, falou o ministro Marcondes Filho que, como sempre, com brilho e eloquência, pôs um relevo e significação da demonstração operária, que constituiu um belo espetáculo de energia e de sentimentos cívicos.

Marcondes Filho

**21 DE ABRIL**

A proporção que o Brasil se afirma como grande povo, maior é o respeito que consagra aos grandes vultos da nacionalidade. Entre estes grandes vultos, Tiradentes ocupa um lugar de relevo excepcional. Foi ele, sendo o primeiro, pelo menos um dos nossos grandes mártires. Foi um herói — o amor desmedido à sua Pátria. Teve um ideal sublime e por esse ideal, lutou e morreu. O ideal de Tiradentes foi o de emancipar o Brasil, tornando-o um país independente. Ter esse ideal, em seu tempo, era uma proeza pública. Mas, que importa a morte? A morte de Tiradentes foi a sua glória porosa e eterna. Depois de tantos anos, seu nome permanece vivo nos corações de todos os brasileiros. A data de 21 de abril é uma data nacional. E os que cultuam, com ardor, os superiores sentimentos nacionalistas, os que se sentem satisfeitos e confortados com o trajeto do Brasil como nação independente — estes sabem querer e venerar o vulto de Tiradentes. As comemorações do dia 21 de abril, este ano, tiveram, como sempre, brilho invejável, com o concurso de todas as classes sociais. E o nome de Tiradentes, ainda uma vez, foi lembrado com o maior respeito e a mais sincera adulação.

Tiradentes

Castro.

\* 17 \*

Recorte 3 - Duas páginas da cobertura do aniversário de Getúlio Vargas na revista “O Cruzeiro”



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL I)

Ainda na perspectiva da língua de madeira que está submetida à retórica de quem comanda, partimos para os recortes do corpus da ditadura militar. O fato histórico motivador das buscas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi a unificação dos serviços previdenciários no “Instituto Nacional de Previdência Social” (INPS), sendo portanto a primeira palavra-chave utilizada. Depois de observada uma significativa ocorrência de notícias sobre os serviços de “Reabilitação Profissional”, essa foi assumida como segunda palavra-chave, evidenciando uma enorme quantidade de notícias sobre acidentes de trabalho na década de 1970.

Neste período havia uma regularidade de formato dessas publicações: com o título trazendo a informação de alguma ação do governo (às vezes citando o nome do ministro, do diretor do INPS ou do presidente da república), no máximo dois parágrafos de descrição do evento, seguido pelo pronunciamento da autoridade, presente no evento, na grande parte das vezes, na sua versão integral. Devido ao título de “Campeão mundial de acidentes de trabalho” atribuído ao Brasil nas décadas de 1970 (Pena et al., 2003), optamos por também realizar buscas





com a palavra-chave “Campeão mundial de acidentes de/do trabalho”. Nessas buscas pelo termo exato, no banco de dados da Hemeroteca Digital, para a década de 1970, obtivemos quatro resultados de notícias que em seu conteúdo negavam esse título, sendo que dois desses resultados foram do ano de 1976 e outros dois, em 1977. O único resultado que afirmava ser o Brasil “Campeão mundial de acidentes de trabalho” (1976) é apresentado no Recorte 4 (R4), com o detalhe da página do Jornal do Brasil de 27/05/1976, destacando a notícia-nota “INPA atribui ao INPS culpa pelos acidentes de trabalho”.

Recorte 4 - Detalhe da página Jornal do Brasil de 27/05/1976



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL I)

A materialidade da língua de madeira em R4 está em uma notícia que classificamos como “nota”, “INPA atribui ao INPS culpa pelos acidentes de trabalho”, porque o que é evocado neste título somente é abordado nos dois primeiros parágrafos. Encontramos, no primeiro parágrafo, a fala (entre aspas) do diretor-geral do Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes - INPA com o enunciado “campeão mundial de acidentes de trabalho”. Após esses dois parágrafos, temos o subtítulo “Casas em São Paulo”, que trata sobre construções de casas populares em terrenos do INPS e depois outro subtítulo “Atendimento no Rio” sobre inauguração de ambulatório no Rio de Janeiro, com previsão de uma média diária de 6 mil atendimentos de urgência. Ou seja, são “notas” sobre os serviços do INPS. O uso de acrônimo (INPA) e de sigla (INPS) já no título é uma marca da língua de madeira que precisa de um entendimento prévio sobre quais sentidos estas letras mobilizam. No caso, o INPA tem suas



letras transcritas no primeiro parágrafo da notícia, enquanto o INPS, não. Assim se observa um apagamento do nome “previdência social”, já que INPS é a sigla de Instituto Nacional de Previdência Social.

Também destacamos em R4 o título que cobre todas as demais notícias, “Remédio proibido nos EUA é vendido na América Latina”. Esse título em destaque confere ao título da “notícia-nota” o status de subtítulo. É um funcionamento discursivo presente na formatação da página, ou seja, na instância da formulação, que marca um equívoco, no qual se relaciona venda de remédio proibido a acidentes de trabalho. É uma falha que está para a língua, marcando que o equívoco está para a história, porque observamos uma divisão dos sentidos pela língua de madeira do Estado, materializada no discurso jornalístico.

Isso posto, temos na formatação de página a evidência de que o discurso jornalístico é “[...] cego à historicidade que o atravessa” (Mariani, 1996, p.240), pois está como um discurso que replica a língua de Estado, dividindo sentidos. O jornalista não se encontra na origem do sentido e os sentidos não são evidentes. Ao trazermos a historicidade discursiva, compreendemos que estamos tratando de “matéria da contradição e do equívoco e a ideologia como interpelação do indivíduo em sujeito, em sua forma-sujeito histórica, que resulta na sua ilusão como origem e na do sentido como evidente” (Orlandi, 2017, p.27).

Lembramos que o R4 trata da única notícia que menciona o título do Brasil “campeão mundial de acidentes de trabalho” de forma afirmativa, reconhecendo que a quantidade de trabalhadores acidentados no Brasil é maior que em outros países. Entretanto, essa afirmação é silenciada por uma formatação de página marcada pela falha, por uma notícia formulada como se fossem “notas” e com uso de acrônimos e siglas, cuja sigla do INPS, que contém a primeira letra do nome “Previdência Social”, quando não especificada, tem o efeito de sentido de apagamento desse direito.

### **Considerações finais**

Nessas análises, concluímos que a língua de madeira em regimes ditatoriais, quando materializada em comunicados veiculados na imprensa, revela o papel de articulador



simbólico-político do Estado acentuando seu caráter de “não comunicação”.

Tanto na “retórica do comando” da ditadura Vargas, quanto na ditadura militar, identificamos uma linguagem que precisa de “chaves” para ser compreendida. Na figura do porta-voz do governo de Vargas, na sua “dupla visibilidade”, constatamos o papel daquele que se coloca no lugar de trazer as senhas para dar acesso ao conhecimento de direito para a classe trabalhadora. Com o efeito de ilusão de exterioridade, que é o contexto capitalista de divisão do trabalho, um membro da classe dirigente se coloca como porta-voz da classe trabalhadora ao falar de direitos trabalhistas.

Nas notícias construídas para replicar comunicados do governo militar, encontramos também a “retórica do comando”, na qual o redator do jornal assume o papel de comunicador da lógica jurídica relativa aos direitos sociais, em um espaço dominado pelo “mito da informação objetiva”, de aparente neutralidade, imparcialidade e objetividade. Nessas notícias, encontramos apagamentos, não ditos, construções que remetem a falhas, marcando, assim, o equívoco que é da instância da história.

Orlandi (2022) nos convida a refletir sobre a “[...] contradição, a forma material, a discursividade como efeito material da língua na história”, discursividade que é “sujeita a equívoco” (Orlandi, 2022, p.109). Essa reflexão nos permite afirmar que nos recortes analisados a contradição está sempre presente, porque nos silêncios do que não foi dito, a língua de direito do Estado está materializada nos discursos e seus equívocos.

Portanto, é possível verificar nos recortes deste artigo, a interpelação, pelo Estado de regimes autoritários, dos indivíduos (ministro, ouvintes, redatores, dirigentes do governo, leitores, etc.) como sujeitos, cujo processo de assujeitamento apaga a historicidade do direito previdenciário.

## Referências

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos, São Carlos: EduFSCar, 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDIGITAL I**: Revista Carioca; O Cruzeiro. Rio de Janeiro. Disponível em:



<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20194&pesq=%20marcondes%20filho%22&pagfis=29831> Acesso em: 25 nov. 2021.

GADET, Françoise, PÊCHEUX, Michel. **A Língua inatingível**. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Tantas palavras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARCONDES FILHO, Alexandre. Produção Intelectual\AMF pi Marcondes Filho, A. 1942.06.25. Rio de Janeiro: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil** (FGV/CPDOC). Série Produção Intelectual AMF 1942.06.25. 1943.

MARIANI, Bethania. **O Comunismo Imaginário**: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Campinas.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista**- Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, Eni. **Eu, Tu, Ele e o real da história**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2022.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PENA, Paulo et al. Proposta de Política para a Área de Segurança e Saúde no Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego 2004-2007. In: CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR E SAÚDE AMBIENTAL DE PIRACICABA E REGIÃO, 1, 2003. Piracicaba. **A Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental**: Cenário, experiências e perspectivas. Piracicaba: CEREST, 2003. p. 31-44

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. 2ª ed. rev., Campinas: Editora da Unicamp, 2014.